

***Empresa Concessionária
de Rodovias do Sul S.A. -
ECOSUL***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL
Pelotas - RS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Companhia”), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, sem ressalva, datado de 15 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Deloitte Touche Tohmatsu

5. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

A Ecosul – Rodovias do Sul, concessionária que administra o Pólo Rodoviário de Pelotas, comemorou durante o ano de 2008 seu décimo aniversário e sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades. Resultado atingido através do planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional.

A concessão do trecho de 623,8 quilômetros, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, investimentos, como recuperação de rodovias, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conscientes da vocação de prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecosul firma o seu compromisso na melhoria contínua da prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável, com o objetivo de tornar-se uma empresa modelo do setor de rodovias.

Por mais este ano, a Ecosul só tem a agradecer aos seus acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

Principais Resultados Econômico-Financeiros

Receita

A receita bruta registrou aumento anual de 7,7% em relação a 2007, totalizando R\$ 85,3 milhões, sendo que a receita líquida apresentou crescimento também de 7,7% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 79,2 milhões.

Tráfego

O tráfego consolidado, tanto em número de veículos pagantes quanto em número de eixos equivalentes pagantes, apresentou crescimento de 6,6% e 3,8%, respectivamente. Neste ano, a Ecosul superou os 7 milhões de veículos no Pólo Rodoviário de Pelotas, número correspondente a 18 milhões de eixos equivalentes.

O tráfego de veículos comerciais correspondeu a 76,7% do tráfego total em eixos equivalentes.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas tiveram aumento de 6,1% em relação ao ano de 2007, passando de R\$ 37,9 milhões em 2007 para R\$ 40,2 milhões em 2008. Os itens de pessoal e serviços de terceiros apresentaram aumento, enquanto a Depreciação apresentou queda em relação ao ano anterior.

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no ano de 2008 atingiu R\$ 46,7 milhões, 6,2% superior ao ano de 2007. A margem EBITDA resultou em 59,9%, apenas 0,9 pontos percentuais abaixo do ano de 2007.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do ano de 2008 foi 16,3% inferior em relação ao ano de 2007, atingindo o valor negativo (despesa) de R\$ 1,6 milhão.

Lucro Líquido

O lucro líquido anual apresentou aumento de 12,1%, passando de R\$ 21,4 milhões em 2007 para R\$ 24,0 milhões em 2008.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2008, a dívida bruta da Ecosul somou R\$ 20,3 milhões, correspondente a financiamento adquirido através do Bradesco, em moeda local (R\$) e com taxa de CDI + 5,5% ao ano. Em termos de dívida líquida, o valor foi de R\$ 16,5 milhões.

Investimentos

Os investimentos realizados na Ecosul ao longo do ano de 2008 foram superiores em 16,1% em relação ao ano de 2007, totalizando 16,1 milhões

Governança Corporativa

A governança corporativa da Ecosul está alinhada às diretrizes de seus acionistas e às melhores práticas encontradas no mercado, com ênfase na transparência e obtenção de resultados através de normas e indicadores.

Dentro da gestão da concessionária destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC – Balanced Scorecard e EVA®.

Ao longo do ano de 2008, a gestão de riscos corporativos obteve grandes avanços, com destaque para a aprovação das diretrizes de gestão de riscos pelo Conselho de Administração, em fevereiro de 2008, e efetivação do uso de metodologia para análise e avaliação de novos negócios.

Gestão de Pessoas

O setor de Recursos Humanos promove ações com objetivos que enfatizam o bem estar dos colaboradores, como os programas Qualidade de Vida, o Saúde Ativa, o Ecorunning e a Ginástica Laboral. Destacam-se ainda o Programa de Formação de Líderes para o desenvolvimento de competências dos colaboradores e o PPAECO – Programa Padrão de Atendimento Ecosul, que visa disseminar as informações e o conhecimento aos colaboradores para que o atendimento aos usuários seja cada vez melhor.

Responsabilidade Socioambiental

A política socioambiental da Ecosul determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de responsabilidade social existentes em cada uma das concessionárias de rodovias, aonde são levantadas e solucionadas pendências para se atingir um crescente nível de eficiência socioambiental.

A Ecosul orgulha-se de ser certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além da norma de qualidade ISO 9001.

O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental, voltado à educação ambiental de crianças e jovens inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Além do Ecoviver, a Ecosul possui outros programas de responsabilidade socioambiental, tais como: Papai Noel Existe - campanha de doação de brinquedos à crianças carentes; programas de Redução de Acidentes, de Saúde dos Usuários, Coleta Seletiva de lixo e o projeto quintais orgânicos de frutas da Embrapa.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade à determinação da Instrução CVM nº 381/03, sobre a necessidade de divulgação de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor que não seja auditoria externa, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, não contratamos os nossos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu para trabalhos diversos daqueles relacionados com os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

Conselho de Administração:

Marcelino Rafart de Seras - Presidente
Federico Botto
Marcello Guidotti
Roberto Koiti Nakagome
Nelson Sperb Neto

Composição da Diretoria:

Federico Botto – Diretor Presidente
Roberto Paulo Hanke – Diretor Superintendente e Relações com Investidores

Contadora

Ana Silvia de Almeida - CRC 1SP-159542-ORS

São Paulo, 20 de março de 2009

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos	4	2.483	1.517	Fornecedores		2.388	2.341
Aplicações financeiras	5	1.382	326	Empréstimos	10	20.348	-
Clientes	6	2.278	1.666	Impostos, taxas e contribuições		721	674
Despesas antecipadas		293	322	Obrigações sociais		1.331	1.251
Outros créditos		562	292	Empresas ligadas	11	228	1.172
Total do ativo circulante		<u>6.998</u>	<u>4.123</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		2.467	2.712
				Dividendos a pagar		1.190	12.555
NÃO CIRCULANTE				Programa de Parcelamento Especial - PAES	12	272	267
Realizável a longo prazo:				Outras contas a pagar		647	213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	898	270	Total do passivo circulante		<u>29.592</u>	<u>21.185</u>
Empresas ligadas	11	25	-	NÃO CIRCULANTE			
Total do realizável a longo prazo		<u>923</u>	<u>270</u>	Programa de Parcelamento Especial - PAES	12	617	1.171
				Provisões para contingências	13	2.240	753
Imobilizado	7	45.283	38.162	Empresas ligadas	11	2	-
Intangível	8	218	190	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	121	-
Total do ativo não circulante		<u>46.424</u>	<u>38.622</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.980</u>	<u>1.924</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14 (a)	17.755	17.755
				Reserva legal	14 (b)	3.095	1.881
				Total do patrimônio líquido		<u>20.850</u>	<u>19.636</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>53.422</u></u>	<u><u>42.745</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>53.422</u></u>	<u><u>42.745</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	15	85.166	79.103
Receitas acessórias	15	142	115
		<u>85.308</u>	<u>79.218</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação		<u>(7.383)</u>	<u>(6.856)</u>
RECEITA LÍQUIDA			
		77.925	72.362
Custo dos serviços prestados	16	<u>(28.307)</u>	<u>(27.681)</u>
LUCRO BRUTO			
		49.618	44.681
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(11.914)	(10.243)
Outras receitas (despesas), líquidas		(2)	25
		<u>(11.916)</u>	<u>(10.218)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		37.702	34.463
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	215	729
Despesas financeiras	17	(1.808)	(2.632)
		<u>(1.593)</u>	<u>(1.903)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		36.109	32.560
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9 (c)	(12.786)	(11.333)
Diferidos	9 (c)	661	220
		<u>(12.125)</u>	<u>(11.113)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		<u>23.984</u>	<u>21.447</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)			
		<u>17.755</u>	<u>17.755</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$			
		<u>1,35</u>	<u>1,21</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		17.755	809	81	-	18.645
Reserva estatutária		-	-	(81)	81	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.447	21.447
Destinação do lucro:						
Reserva legal	14 (b)	-	1.072	-	(1.072)	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,44 por ação)	14 (c)	-	-	-	(7.900)	(7.900)
Dividendos propostos (R\$ 0,71 por ação)	14 (c)	-	-	-	(12.556)	(12.556)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		17.755	1.881	-	-	19.636
Ajustes de exercícios anteriores - aplicação da Lei nº 11.638/07	2	-	-	-	296	296
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2008		17.755	1.881	-	296	19.932
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.984	23.984
Destinação do lucro:						
Reserva legal	14 (b)	-	1.214	-	(1.214)	-
Dividendos intermediários (R\$ 1,23 por ação)	14 (c)	-	-	-	(21.876)	(21.876)
Dividendos propostos (R\$ 0,07 por ação)	14 (c)	-	-	-	(1.190)	(1.190)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		17.755	3.095	-	-	20.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.109	32.560
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	8.996	9.551
Constituição de provisões para contingências	1.525	679
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	328	1.882
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Clientes	(612)	(419)
Despesas antecipadas	29	305
Outros créditos	(308)	(142)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	47	1.706
Impostos, taxas e contribuições a recolher	47	178
Obrigações sociais	80	21
Empresas ligadas	(942)	159
Programa de Parcelamento Especial - PAES	(253)	(175)
Provisões para contingências	-	(50)
Outras contas a pagar	434	(255)
Juros pagos	-	(1.638)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.877)	(9.929)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>32.603</u>	<u>34.433</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(16.104)	(13.714)
Aquisição de intangível	(21)	(190)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(16.125)</u>	<u>(13.904)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	(25)	-
Captação de financiamentos - terceiros	20.000	-
Pagamento de financiamentos	-	(9.695)
Pagamento de dividendos	(34.431)	(13.622)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(14.456)</u>	<u>(23.317)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>2.022</u>	<u>(2.788)</u>
Caixa, bancos e aplicações financeiras no início do exercício	1.843	4.631
Caixa, bancos e aplicações financeiras no fim do exercício	<u>3.865</u>	<u>1.843</u>
	<u>2.022</u>	<u>(2.788)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	2008	2007
RECEITAS		
Prestação de serviços	85.308	79.218
Outras receitas	-	25
	<u>85.308</u>	<u>79.243</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custos dos serviços prestados	(14.199)	(13.158)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.738)	(5.228)
Outros	(281)	(764)
	<u>(20.218)</u>	<u>(19.150)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>65.090</u>	<u>60.093</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(8.996)	(9.551)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>56.094</u>	<u>50.542</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	215	729
	<u>215</u>	<u>729</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>56.309</u>	<u>51.271</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>56.309</u>	<u>51.271</u>
Pessoal:	8.390	6.843
Remuneração direta	5.612	4.936
Benefícios	2.442	1.420
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	336	487
Impostos, taxas e contribuições:	21.119	19.413
Federais	16.853	15.450
Estaduais	5	5
Municipais	4.261	3.958
Remuneração de capitais de terceiros:	2.520	3.487
Juros	1.642	2.632
Aluguéis	878	855
Remuneração de capitais próprios:	24.280	21.528
Dividendos	23.066	20.456
Lucro retido (reserva legal)	1.214	1.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização

É calculada pelo percentual de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e classificada na rubrica “Custos dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão.

Em 31 de dezembro de 2008, os investimentos para atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$ 147.539 (2007 - R\$ 161.580).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 01 de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007, e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações foram:

- Em atendimento ao item 51 do pronunciamento técnico CPC nº 13, a Companhia não está apresentando a demonstração das origens e aplicações de recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.
- Conforme divulgado na nota explicativa nº18, os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC nº 14. A adoção desse pronunciamento não gerou diferenças relevantes.
- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Os ajustes gerados pela adoção das normas e dos pronunciamentos contábeis são os seguintes:

	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo anterior à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	19.636
Efeitos da Lei nº 11.638/07:	
Ajuste a valor presente dos saldos do PAES, líquido dos efeitos dos impostos diferidos	296
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2008	<u><u>19.932</u></u>

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- as receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio;
- as despesas são registradas quando incorridas; e
- as receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas” no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativos circulante e não circulante

- Aplicações financeiras

Representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata e estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços patrimoniais, que não excede o valor de realização.

- Clientes

Apresentados pelos respectivos valores de realização e podem incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Permanente

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custos dos serviços prestados” na demonstração do resultado. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados como obras em andamento.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com a Deliberação CVM nº 193/96.

- Intangível

Está registrado ao custo de aquisição, sendo composto por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de até cinco anos.

- “Impairment” sobre ativos permanentes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisões para contingências e obrigações legais

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiadas na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa nº 13.

As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto sobre a renda foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

- Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

A capitalização dos juros atende ao objetivo de obter um custo de aquisição que reflita o total dos recursos aplicados no ativo, que proporcionará benefícios econômicos em períodos futuros, sendo o seu consumo confrontado contra as receitas auferidas nos exercícios.

- Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

e) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

f) Ajuste a valor presente

As obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustadas a valor presente.

4. CAIXA E BANCOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa geral	23	16
Bancos em movimento	1.635	679
Numerário em trânsito (*)	415	639
Fundo de troco	410	183
	<u>2.483</u>	<u>1.517</u>

(*) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágio realizada nos últimos dias.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Recursos não vinculados	<u>1.382</u>	<u>326</u>

Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados pela taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média.

6. CLIENTES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Cupons e cartões de pedágio a receber	2.114	1.382
Outras contas	164	284
	<u>2.278</u>	<u>1.666</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
A vencer	<u>2.278</u>	<u>1.652</u>
Vencidos:		
De 31 a 90 dias	-	3
De 91 a 180 dias	-	3
De 181 a 365 dias	-	8
	<u>2.278</u>	<u>1.666</u>

7. IMOBILIZADO

		<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Pavimentações e conservação especial	16,7	70.043	(42.756)	27.287	24.343
Praças de pedágio e bases operacionais	9,4	6.702	(2.991)	3.711	3.785
Sinalização e dispositivos de segurança	15,9	6.541	(5.300)	1.241	1.011
Hardware e equipamentos de pedágio	12,9	10.407	(3.685)	6.722	4.205
Máquinas e equipamentos	10,1	2.370	(889)	1.481	1.227
Móveis e utensílios	10,0	615	(196)	419	230
Terrenos	-	9	-	9	9
Drenagem e obras-de-arte correntes	11,9	6.105	(2.859)	3.246	3.083
Obras em andamento (*)		913	-	913	110
Outros	16,8	1.209	(955)	254	159
		<u>104.914</u>	<u>(59.631)</u>	<u>45.283</u>	<u>38.162</u>

(*) Refere-se a obras de melhoria no sistema rodoviário que estão em fase de execução; a depreciação será iniciada após sua conclusão.

8. INTANGÍVEL

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Software	<u>604</u>	<u>(386)</u>	<u>218</u>	<u>190</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Ativos-		
Não circulante-		
Imposto de renda e contribuição social-		
Sobre diferenças temporais	<u>898</u>	<u>270</u>
Passivos-		
Não circulante-		
Imposto de renda e contribuição social-		
Sobre diferenças temporais (Lei nº 11.638/07)	<u>121</u>	<u>-</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(9.531)	(8.325)
Imposto de renda diferido	486	162
	<u>(9.045)</u>	<u>(8.163)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(3.255)	(3.008)
Contribuição social diferida	175	58
	<u>(3.080)</u>	<u>(2.950)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.109	32.560
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(12.277)	(11.070)
Outros	<u>152</u>	<u>(43)</u>
 Despesa do imposto de renda e da contribuição social	 <u>(12.125)</u>	 <u>(11.113)</u>

10. EMPRÉSTIMOS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média anual de juros</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Banco Bradesco S.A.	Nacional	Novembro/09	CDI + 5,5% ao ano	<u>20.348</u>	<u>-</u>

Para a operação de empréstimo foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela controladora Primav Ecorodovias S.A.

11. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, para execução e administração de obras e melhorias, bem como serviços administrativos e financeiros.

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativos a operações com empresas relacionadas, estão apresentados a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Balanco patrimonial</u>			<u>Resultado</u>	
	<u>Ativo não circulante</u> <u>Créditos diversos</u>	<u>Ativo permanente</u> <u>Imobilizado</u>	<u>Passivos circulante e não circulante</u> <u>Contas a pagar</u>	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	25	-	-	-	-
Primav EcoRodovias S.A.	-	-	60	-	368
ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda.	-	-	170	-	2.146
SBS Engenharia e Construções Ltda.	-	6.646	-	1.570	39
2008	<u>25</u>	<u>6.646</u>	<u>230</u>	<u>1.570</u>	<u>2.553</u>
2007	<u>-</u>	<u>6.568</u>	<u>1.172</u>	<u>4.316</u>	<u>2.177</u>

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, são relativos a operações com empresas relacionadas e referem-se a serviços de consultoria e engenharia.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

12. PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO - PAES

	<u>Contribuições previdenciárias</u>	<u>Impostos federais</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Principal	472	776	1.248	1.248
Multa e juros	169	500	669	669
Total de débitos fiscais incluídos no PAES	641	1.276	1.917	1.917
Redução de 50% da multa conforme a lei			(181)	(181)
Ajuste a valor presente			(335)	-
Débitos acumulados			<u>1.401</u>	<u>1.736</u>
Juros acumulados, líquidos dos pagamentos			<u>(512)</u>	<u>(298)</u>
			889	1.438
Circulante			<u>(272)</u>	<u>(267)</u>
Não circulante			<u>617</u>	<u>1.171</u>

Os débitos previdenciários foram homologados em outubro de 2003 e os débitos relacionados aos impostos diferidos foram homologados em 2006.

Em 31 de dezembro de 2008, as obrigações com o PAES foram atualizadas ao valor presente à taxa de 13,22% ao ano.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2008</u>
2010	212
2011	187
2012	165
2013	53
	<u>617</u>

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como provável com base na opinião de seus consultores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as prováveis perdas com os processos judiciais.

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2007</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2008</u>
Cível (a)	629	281	430	1.340
Trabalhistas (b)	143	810	4	957
	<u>772</u>	<u>1.091</u>	<u>434</u>	<u>2.297</u>
Depósitos judiciais (c)	<u>(19)</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>(57)</u>
	<u>753</u>	<u>1.053</u>	<u>434</u>	<u>2.240</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 1.751 (2007 - R\$ 1.344), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2008, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 75 (2007 - R\$ 170), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

(d) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2008, na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia não possui processos tributários com avaliação de perda provável. Há processos avaliados como perda possível, que totalizam R\$ 5.806. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possui um processo, no montante de R\$ 1.220, referente à Ação de Mandado de Segurança Preventivo sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no ano-calendário 2005, decorrente da diferença de sua apuração entre o lucro real e o lucro presumido.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social subscrito era de R\$ 17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, fica expresso e autorizado que o capital social poderá ser aumentado, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$ 30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizam R\$ 34.431 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (2007 - R\$ 13.622), sendo R\$ 12.556 relativos ao exercício de 2007, R\$ 296 referentes aos ajustes de exercícios anteriores e R\$ 21.580 referentes a dividendos intermediários constituídos no exercício de 2008.

O montante de dividendos a pagar de R\$ 1.190 em 31 de dezembro de 2008 refere-se ao saldo de dividendos propostos no exercício de 2008, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	23.984
Ajuste de exercícios anteriores	<u>296</u>
	24.280
Constituição da reserva legal - 5%	(1.214)
Proposta da Administração:	
Dividendos relativos a ajustes de exercícios anteriores	(296)
Dividendos intermediários	(21.580)
Dividendos propostos	(1.190)

15. RECEITA DE SERVIÇOS

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita de arrecadação:		
Pedágio em numerário	51.978	50.877
Vale-pedágio	23.327	19.054
Pedágio em cupons	9.444	9.083
Pedágio eletrônico	399	-
Outros	<u>18</u>	<u>89</u>
	85.166	79.103
Receitas acessórias	<u>142</u>	<u>115</u>
Receita bruta	<u>85.308</u>	<u>79.218</u>

16. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2008</u>				<u>2007</u>	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administra- tivas	Total	Var. %	Total	Var. %
Pessoal	4.726	5.092	9.818	24,4	8.224	21,7
Conservação e manutenção	6.120	92	6.212	15,5	6.197	16,3
Serviços de terceiros (*)	4.993	3.888	8.881	22,1	7.975	21,0
Seguros	564	15	579	1,4	621	1,6
Poder Concedente	851	-	851	2,1	791	2,1
Depreciação/amortização	8.996	-	8.996	22,4	9.551	25,2
Outras	<u>2.057</u>	<u>2.827</u>	<u>4.884</u>	<u>12,1</u>	<u>4.565</u>	<u>12,1</u>
	<u>28.307</u>	<u>11.914</u>	<u>40.221</u>	<u>100,0</u>	<u>37.924</u>	<u>100,0</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras em fundos de investimentos	185	728
Variação monetária ativa	24	-
Outras	<u>6</u>	<u>1</u>
	<u>215</u>	<u>729</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(328)	(1.622)
Variação monetária sobre debêntures	-	(260)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(466)	-
Outras variações monetárias passivas	(603)	(97)
Amortização de despesas financeiras antecipadas	-	(500)
Outras	<u>(411)</u>	<u>(153)</u>
	<u>(1.808)</u>	<u>(2.632)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(1.593)</u>	<u>(1.903)</u>

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 14, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais:

- Aplicações financeiras: são classificadas como mantidas até seu vencimento. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificadas como mantidas até o vencimento e estão registradas pelos valores originais, sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados. O valor registrado e as taxas de captação dos empréstimos aproximam-se do valor de mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são como segue:

	2008		2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos:				
Aplicações financeiras	1.382	1.382	326	326
Clientes	2.278	2.278	1.666	1.666
Passivos:				
Empréstimos	20.348	20.348	-	-
PAES	889	889	1.438	1.438

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às do CDI em, empréstimos e PAES contraídos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na maioria vinculadas à variação do CDI.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e clientes.

e) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representado substancialmente por aplicações financeiras, clientes, empréstimos e PAES, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras.

19. SEGUROS CONTRATADOS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em virtude do cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2008, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia - concessão	4/6/2008 a 3/6/2009	37.580
